



Câmara Municipal de Anadia

ATA N.º 19/2017 EXECUTIVO 2013/2017

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

LOCAL: Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho

DATA: dezanove de julho de dois mil e dezassete

INÍCIO: nove horas e quarenta e oito minutos

ENCERRAMENTO: doze horas e dois minutos

O EXECUTIVO É CONSTITUÍDO PELOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES:

PRESIDENTE: Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso

VEREADORES: Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro

Prof. Litério Augusto Marques

Dr. Jorge António Tavares de São José

Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado (em regime de tempo inteiro)

Eng.º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio (Vice-presidente)

Dr.ª Lúcia Filipe Seabra

A Reunião foi secretariada pela Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.ª Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo.

---- Aos dezanove dias do mês de julho de dois mil e dezassete, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, eleita para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete, nesta Cidade e Município de Anadia, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho.-----

---- Presidiu a décima nona reunião extraordinária de dois mil e dezassete a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso, tendo comparecido os Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Prof. Litério Augusto Marques, Dr. Jorge António Tavares de São José, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, Eng.º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio e Dr.ª Lúcia Filipe Seabra.-----

---- Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.ª Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, coadjuvada pela funcionária, Eunice Alexandra Neves Jesus Lopes.-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e quarenta e oito minutos.-----

ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA

---- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENGENHEIRA MARIA TERESA BELÉM CORREIA CARDOSO:**-----

---- **1. ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CATORZE (14) DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETTE (2017), DÉCIMA SEXTA REUNIÃO DE DOIS MIL E DEZASSETTE DO EXECUTIVO DOIS MIL E TREZE/DOIS MIL E DEZASSETTE:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a ata da reunião ordinária realizada no dia catorze (14) de junho último, décima sexta reunião de dois mil e dezassete (16/2017), do Executivo eleito para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete (2013/2017), que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma-----

---- Analisado o documento, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária realizada no passado dia catorze (14) de junho, décima sexta reunião de dois mil e dezassete (16/2017), do Executivo eleito para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete (2013/2017).-----

---- **2. PROPOSTA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REDE DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta de procedimento por ajuste direto para prestação de serviço de rede de transporte de passageiros, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Com a aprovação da Lei n.º 52/2015, de 09 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, passa a existir um enquadramento legal que permite aos municípios exercer a função de Autoridade de Transporte, com competências ao nível da organização dos sistemas públicos de transporte de passageiros, do planeamento, operação, atribuição,

fiscalização, investimento, financiamento e divulgação.-----

---- Nesse âmbito, ao Município de Anadia é atribuída a função de organização dos transportes de âmbito municipal, ou seja, os que têm partida e destino no território municipal.-----

---- São objetivos deste novo regime a promoção da universalidade do acesso, da qualidade do serviço e da melhoria das condições de exploração do serviço público de transporte de passageiros, a satisfação das necessidades dos cidadãos e a coesão económica, social e territorial, sem descuidar os princípios que devem nortear a prestação desse serviço de interesse económico geral, designadamente a gestão e o uso eficiente dos recursos públicos.-----

---- A organização de um serviço de transportes coletivos considera-se fundamental para a promoção de uma mobilidade sustentável, que contribua para minorar o isolamento de uma população mais idosa e que ainda se constitua como potencializadora de uma mudança de hábitos dos habitantes e de uma redução da poluição e dos gastos energéticos.-----

---- Nessa conformidade, pretende-se organizar uma boa rede de transportes com deslocações seguras, confortáveis, com tempos aceitáveis e custos acessíveis.-----

---- Assim, e-----

---- Consideradas as atribuições de que dispõem os municípios, previstas na alínea c), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada;-----

---- Consideradas as competências materiais da Câmara Municipal, prevista nas alíneas e) e ee), do n.º 1, do artigo 33.º, do sobredito dispositivo legal;-----

---- Considerando que a existência de uma rede de transportes públicos adequada às reais necessidades dos respetivos utilizadores constitui uma condição essencial à garantia do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações;-----

---- Considerada a informação prestada pelo Chefe de Divisão de Qualidade, Ambiente e Gestão de Frota, Engenheiro José Carlos Morais Pinto Cardoso, dando conta do procedimento adequado ao cumprimento da atribuição do Município em matéria de organização dos transportes de âmbito municipal, designadamente de uma rede de transportes eficiente, bem articulada e intermodal;-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe a aprovação do procedimento por ajuste direto, e respetivo Caderno de Encargos, anexo à informação técnica prestada, que tem por objeto a prestação de serviço de rede de transportes de passageiros no concelho de Anadia, com um valor base de setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta euros (€ 74.950,00), e a autorização de despesa.-----

---- No período de apreciação da proposta apresentada, e depois de introduzido o assunto, por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, e de prestados alguns esclarecimentos pelo Chefe de Divisão de Qualidade, Ambiente e Gestão de Frota, Engenheiro José Carlos Morais Pinto Cardoso, e pelo Técnico Superior, Hugo Fonseca, presentes na reunião, interveio o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, que começou por considerar tratar-se de uma excelente ideia, sublinhando que já faria sentido existir um serviço desta natureza no concelho de Anadia. Todavia, transmitiu que se conseguiu minorizar a ideia com alguns aspetos mal cuidados, na sua forma de ver,

quer em termos de estudos/planos, quer em termos da própria produção do Caderno de Encargos, que, em sua opinião, e em alguns aspetos, deveria ser alterado, acrescentando ter também detetado alguns lapsos nos anexos e na própria informação técnica.-----

---- Desde logo, transmitiu que lhe parece redutor, no mercado concorrencial, reduzir o convite a um operador, convite que disse não se encontrar anexo à documentação de suporte à proposta, e que foi disponibilizada. Explicou, assim, haver alternativas nacionais, por um lado, e sobretudo para um operador relativamente ao qual, não há muito tempo, a Senhora Presidente, no âmbito da discussão do contrato interadministrativo de delegação de competências do serviço público para a CIRA, mencionou haver muitas reclamações. Como tal, sublinhou que depois de saberem que esse operador não cumpre em determinadas matérias, inclusive de segurança, já para não falar de conforto, considera um erro e também redutor, estarem-lhe a dirigir um convite, sem qualquer consulta a outras entidades.-----

---- Passando a abordar outra matéria, atinente ao preço, constatou que percebem, pela informação que suporta o Caderno de Encargos, que se trata de um preço composto, na medida em que tem, por um lado, a prestação do serviço de transporte, mas, por outro, tem também uma componente que diz respeito à divulgação e à informação. E, perante isso, transmitiu que no Caderno de Encargos, como valor, deveria ser colocada exclusivamente a prestação do serviço de transporte, e não deveria estar a divulgação e a informação no operador, porquanto considera que deveria ser a Câmara Municipal a tratar exclusivamente e a definir as condições relativamente a essa matéria. Concluiu, assim, que o valor constante do procedimento por ajuste direto, que é composto de setenta e quatro mil, novecentos e cinquenta euros, deveria ser apenas de sessenta e seis mil, setecentos e cinquenta euros, julgando-se um preço razoável e apelativo para operadores, porque, se não, argumentou, correm o risco de verificar que o operador pode não estar a divulgar e a informar convenientemente.-----

---- Entretanto, contatou que é mencionado no Caderno de Encargos que as receitas revertem para a Câmara Municipal, quando pensa que deve ser para o Município de Anadia. Contudo, referiu que não conseguiu perspetivar, em momento algum, no Caderno de Encargos, a forma de fiscalizar e garantir que as receitas obtidas pelo operador, relativas aos bilhetes, revertem para o Município de Anadia, concluindo que gostaria de ver uma forma mínima dessa garantia.-----

---- Continuando, disse que outra questão que se levanta é o facto de não ser colocado, em momento algum, o sistema de bilhética, antecipando que se esse sistema se encontrar já no mercado e com selo de qualidade e de garantia, e é fiscalizado superiormente pelas entidades, têm a questão resolvida. Acrescentou, ainda, que, a avançarem para a dinâmica daquela prestação de serviço, deveriam dar uma indicação do sistema de bilhética, com registos, com listagens diárias, ou semanais, para se conseguir perceber claramente o que está a ser adquirido.-----

---- Retomando a questão da divulgação, da imagem, a entregar ao prestador, revelou não lhe parecer ser a melhor ideia, não deixando de reconhecer que entretanto houve uma melhoria relativamente ao Caderno de Encargos anterior, com a introdução de algumas matérias sobre essa questão. Concluiu,

assim, que uma das suas críticas fortes acaba por ser resolvida no novo Caderno de Encargos, na medida em que é claramente referido que é custo do operador desenvolver e implementar um plano de imagem e comunicação. Ainda assim, defendeu que tudo isso deve ser desenvolvido na Câmara Municipal, até porque não vislumbra como depois o Município irá faturar ao operador, reforçando que essa questão deveria ser compartimentada, retirando tudo isso ao operador, e assumindo a Câmara Municipal essa matéria. Em todo o caso, e a manter-se as questões da decoração, da divulgação e da informação no operador, considerou que não deveriam apenas ficar por uma introdução na cláusula primeira relativamente a essa matéria, mas antes estar em um capítulo específico com a designação de cláusulas técnicas, no qual se encontrem claramente definidos os logotipos, cores, e tudo o resto.-----

---- Abordando outra matéria que tinha visto como crítica, mas que disse ter sido resolvida com as alterações entretanto introduzidas, falou do teor da cláusula terceira. Revelou, então, estranhar o facto de essa cláusula prever uma duração de doze meses para a vigência do contrato, com a possibilidade de renovação até ao limite de três anos, na medida em que, dessa forma, estariam claramente perante uma situação de ilegalidade no que diz respeito ao Código dos Contratos Públicos, acrescentando que, no limite, e não estando preenchidos os setenta e cinco mil euros, poderia haver uma renovação.-----

---- Entretanto, sustentou que teria de existir alguma homogeneização relativamente a alguns critérios, nomeadamente na utilização de conceitos como fornecedor e prestador de serviço. Falou, também, e relativamente à cláusula décima sétima, respeitante à prevalência, que naquele tipo de procedimento a prevalência primária é sempre o contrato, acrescentando que a mesma deve ser introduzida e reduzida a escrito, atendendo a que o valor do procedimento é superior a dez mil euros.-----

---- Aproveitou para referir, também, que, para além das questões técnicas oportunamente mencionadas quanto à decoração, as quais, em sua opinião, a estar na esfera do operador, devem ter claramente plasmadas as suas regras, considera que têm de haver claramente mais cláusulas técnicas relativamente à prestação do serviço, sublinhando que têm de ficar garantidamente plasmadas as características da viatura, o tipo de viatura, em que condições de segurança e conforto será prestado o serviço, assim como o número de lugares previsto no Caderno de Encargos.-----

---- Depois, constatou que não se encontra em lado algum do clausulado a quem cabe estabelecer o preço dos bilhetes, e sublinhou que deve estar claramente plasmado no Caderno de Encargos que cabe ao Município de Anadia, seja por decisão do Executivo Municipal, ou outra. Reforçou, também, que deve estar consagrado o sistema de bilhética nas cláusulas técnicas. Constatou, ainda, não ter visto qualquer referência a penalizações para o operador no caso de ocorrerem atrasos sistemáticos.-----

---- Outra questão que disse que gostaria de ver referenciada, era a garantia de que pessoas com necessidades especiais tenham acesso ao autocarro, sob pena de estarem a impedir o acesso ao autocarro a uma parte da população. E, nessa medida, considera que o mesmo deve estar adaptado,

ou preparado, para acolher essas pessoas, esclarecendo falar, sobretudo, de deficientes motores com cadeiras de rodas, no sentido de lhes proporcionar o acesso através de uma rampa ou de um elevador. Complementou que, em sua opinião, seria de garantir, também, para os cegos e amblíopes, e para além de não haver barreiras, um sistema de som, ou, em alternativa, que o condutor tenha o cuidado de identificar a estação à pessoa.-----

---- Passando a falar da questão das placas e da sinalética, sustentou que esta tem de estar bem definida no Caderno de Encargos, nomeadamente dimensões, cores, *slogan*, a quem cabe, não podendo haver qualquer dúvida nessa matéria relativamente ao cumprimento.-----

---- Quanto aos circuitos, disse não ter muito a criticar, e, admitindo não ser possível ir a todos os lugares, considerou, todavia, existirem alguns pontos do concelho que deveriam ser tidos em conta. Deu o exemplo de um polo habitacional enorme do concelho, que abrange os lugares de Vendas de Samel, de Samel e de Azenha, e que está remetido para a parte telefónica, revelando estranhar que não tenha uma ligação, e, por isso, considerar uma falha não estar contemplado no circuito de sexta feira. Concluiu, então, que, em sua opinião, seria de avaliar convenientemente essa questão, assim como a não contemplação do lugar de Canelas, que também tem alguma população, e está remetido para a opção telefónica.-----

---- Em conclusão, transmitiu haver alguns lapsos que indiciam que os circuitos foram desenvolvidos pelo operador e não pela Câmara Municipal. Aproveitou, assim, para alertar para o facto de que, se em algum momento o Caderno de Encargos, ou partes do mesmo, for desenvolvido pelo operador, estão perante uma situação ilegal, porquanto o Código dos Contratos Públicos impede que um interessado possa participar na elaboração de um Caderno de Encargos. Recorrendo à informação técnica, e referindo-se ao estudo que é mencionado como tendo sido efetuado com o principal operador de rede, disse que o mesmo, a existir, deveria ser apresentado ao Executivo. Contudo, afirmou que essa questão, conjugada com o indício de o Caderno de Encargos ter sido feito em colaboração com o interessado, configura uma situação de ilegalidade.-----

---- Após expor alguns lapsos nos anexos, quanto a designações de localidades e duplicação de uma mesma localidade no circuito semanal e na parte telefónica, revelou, quanto aos circuitos urbanos, não ter conseguido perceber se o lugar de Famalicão faz parte do circuito, sublinhando que, em sua opinião, faria todo o sentido introduzir, assim como o lugar de Malaposta, que constitui um polo habitacional forte. Adiantou, ainda, que colocaria Malaposta no circuito urbano diário, e retiraria do bissemanal, porque o autocarro passa lá mesmo.-----

---- Não deixou de constatar que existe uma preocupação intermodal dos circuitos de caminhos de ferro, mas, ainda assim, sugeriu a inclusão, no circuito urbano, do lugar de Póvoa do Pereiro, que se encontra apenas uma vez por semana, no circuito de quarta feira, considerando tratar-se de um dos polos habitacionais, próximo de Anadia, com mais pessoas e com mais crescimento. Em resumo, sugeriu a introdução, no circuito urbano diário, dos lugares de Famalicão, de Malaposta e de Póvoa do Pereiro. Eventualmente, disse que acrescentaria, também, na Câmara Municipal, Loja do Cidadão - Edifício de Proximidade.-----

---- Antes de terminar a sua intervenção, e ligada com a questão intermodal, deu ainda nota de que aquele tipo de situação deveria estar previsto no PIMTRA, que tendeu para o atual PAMUS (Plano de Mobilidade Urbana Sustentável), podendo, dessa forma, estar sujeito a apoios do Portugal 2020. Acrescentou que, em sua opinião, deveria ter havido um estudo que ligasse tudo aquilo, porque, de facto, os únicos pontos intermodais que existem, e que reconhece como importantes, são as estações ferroviárias, apesar de Aguim e Paraimo terem ficado de fora.-----

---- Para terminar, reforçou que considera estarem perante uma excelente ideia, mas o facto de não ter sido feito de uma forma mais sustentada, com um plano, ou um estudo profundo, acaba por ocasionar aquelas questões menos positivas, e acaba por minorizar muito a situação. Reiterando a existência de questões que não se encontram devidamente acauteladas no Caderno de Encargos, antecipou que gostaria, e sentir-se-ia mais confortável, que o assunto pudesse voltar ao Executivo, limpo de todas as situações expostas, para eliminar qualquer tipo de mácula relativamente à matéria, por considerar, como já tinha dito, tratar-se de uma excelente ideia, que revela preocupações de mobilidade, de um acesso, quase universal, a transportes, e que responde ao que preconiza a Constituição da República, podendo ser prestado um serviço com uma componente social, atentos os preços a praticar.-----

---- A concluir, esclareceu pretender, com a sua intervenção, alertar para situações que não se encontram bem, porque, sublinhou, gostaria que não houvesse qualquer tipo de mácula numa questão extremamente importante, e extremamente benéfica.-----

---- Depois de prestados alguns esclarecimentos por parte do Chefe de Divisão de Qualidade, Ambiente e Gestão de Frota, Engenheiro José Carlos Morais Pinto Cardoso, no seguimento da intervenção concretizada pelo Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, a Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que evidentemente pensaram naquela situação há muito tempo, e ponderaram todos os cenários, inclusivamente de o Município assumir o serviço, adquirindo um autocarro, até elétrico, e ter dois ou três motoristas a mais, e todas as questões de seguros e segurança inerentes, tendo, até, desenhado os circuitos. Mas não deixou de destacar que tudo isso tem encargos, desde a parte operacional, à parte da manutenção, e o seu peso no orçamento do Município.-----

---- Reconhecendo que nada é perfeito, sublinhou tratar-se de uma mais valia para o concelho, mas que não deixa de criar outras contrariedades. Não obstante, afirmou que têm de pensar na maioria dos munícipes, que são quem têm de servir, pelo que sublinhou que é pensando nos munícipes, e no concelho, que têm de partir para algo.-----

---- Sobre a questão da operadora, reafirmou que todos os anos, no início do ano letivo, mas também depois ao longo do ano, têm problemas com as operadoras, nomeadamente com a Transdev, em particular na questão dos horários, apesar de reconhecer alguma flexibilidade, da parte dessa operadora, para se ir ajustando, e de reconhecer a importância do interlocutor nas negociações.-----

---- Em termos dos transportes, deu conta de que, ao nível da CIRA, o que está a ser desenhado, e com levantamento feito, é para as carreiras regionais e intermunicipais, e não para os circuitos

urbanos. Apesar de já existirem concelhos a trabalhar com os circuitos urbanos, os restantes vão fazendo os seus ajustamentos, pelo que concluiu que não podem estar à espera do final, sob pena de não aparecer. Porém, não deixou de sublinhar o facto de se tratar de propostas que têm necessariamente de ser dinâmicas, relativamente às quais tem de haver acompanhamento e vontade, de ambas as partes, por forma a conseguirem, em diálogo, ajustar.-----

---- Quanto a essa matéria, referiu que começam logo com a questão do cumprimento dos horários, esclarecendo que, mesmo no desenho do circuito semanal, relativamente ao qual não pretendem circuitos para além dos quarenta e cinco minutos, se contudo acontecer uma chamada de uma localidade que implique um desvio do autocarro, e paragem uma ou duas vezes, o horário tende a derrapar. Assim, concluiu que, apesar de quererem rigor, existem situações que podem contribuir para o não cumprimento dos horários definidos.-----

---- Reforçou, entretanto, uma questão mencionada pelo Chefe de Divisão, quanto ao facto de existirem localidades já servidas pelas carreiras normais. E, nesse sentido, afirmou que foi tido o cuidado de fazer maior cobertura às localidades que não se encontram servidas, como os casos dos lugares de Samel, de Azenha e de Canelas. Mas como é um autocarro que vai ser adquirido exclusivamente para aquele projeto, e que estará exclusivamente ao serviço do mesmo, poderão ir exigindo e aperfeiçoando, havendo flexibilidade da parte da operadora, no sentido do ajustamento, quer na questão das distâncias, como dos tempos. Concluindo, disse que iriam fazer a divulgação e esperar que haja utilizadores para os circuitos definidos.-----

---- Continuando, e sobre a questão das receitas e dos bilhetes, esclareceu que a mesma foi tratada, e tem necessariamente de constar, até porque, exemplificou, atualmente o Município tem de pagar os passes, e esse pagamento é efetuado mediante a apresentação de relatório, que também é confirmado pelo estabelecimento de ensino. Pelo que, no caso em apreciação, também será seguido esse procedimento, sendo a receita que entra na Câmara Municipal suportada por relatório, para efeitos de registo e de controlo. Não deixou de referir, contudo, que a existência de um preço de bilhete único seria mais fácil, mas também considera importante dar mais uma oportunidade aos subscritores de Cartão Anadia Jovem, ou de Cartão Anadia Sénior, apesar de, em sua opinião, os preços propostos já serem sociais.-----

---- Quanto à questão da decoração e dos autocarros, revelou que também ponderaram compartimentar, criando duas prestações: uma para a parte do serviço de transporte propriamente dito, e outra para a parte da decoração. Admitindo não ser impossível colocar em prática a possibilidade de o Município ficar com essa responsabilidade, ainda que exija mais controlo e mais acompanhamento, não deixou de sublinhar que a situação não passa apenas pela decoração do autocarro, porque existe a questão da colocação dos prumos, da sinalética, do circuito desenhado. E, nessa medida, referiu que ficam mais confortáveis sendo a própria empresa a assumir, adquirindo o Município um serviço, concluindo que, por uma questão de procedimento, e de o facilitar, tentaram responsabilizar a operadora. Não obstante, acrescentou que seria o Município de Anadia a fiscalizar um serviço que adjudica, passando a responsabilidade para a empresa, mas não se

desresponsabilizando do acompanhamento e das exigências que querem garantir.-----

---- Não deixou de concordar que no próprio Caderno de Encargos sejam introduzidas as condições técnicas, no sentido de espelhar melhor as exigências sobre algumas das questões mencionadas, reduzindo-as a escrito, para que todos se sintam mais confortáveis com o que pretendem adjudicar. Adiantou, ainda, que o tipo de viatura e o número de lugares seriam também duas questões a reduzir a escrito.-----

---- A propósito da possibilidade de o autocarro servir pessoas com necessidades especiais, informou que a operadora estava a diligenciar no sentido da colocação de uma rampa, uma vez que um elevador implicaria um custo mais elevado, concluindo que a questão foi tratada com a operadora, ainda que não tenha a certeza, por se tratar de um contrato de um ano, quanto à questão do investimento e dos tempos.-----

---- Em relação à questão dos bilhetes, de alguma importância em todo o processo, aproveitou para perguntar se todos estavam confortáveis com o valor proposto. Quanto à listagem de bilheteira, esclareceu tratar-se de uma situação garantida para o controlo por parte da Câmara Municipal, assim como afirmou que a questão da receita com publicidade reverte para o Município de Anadia.---

---- A finalizar a sua intervenção, sugeriu, para que dúvidas não existissem, que as questões técnicas fossem apresentadas o mais exatas possível, nomeadamente quanto a publicidade, bilheteira, autocarro, número de lugares, assegurando, porém, que iriam tentar melhorar, apesar de reconhecer que o desenho não é o perfeito. Propôs, no final, a correção do Caderno de Encargos, com introdução das cláusulas, e disse que consideraria o processo encerrado, o qual adiantou que voltaria ao Executivo para partirem para o procedimento de adjudicação, e estarem em condições de iniciar o serviço, que é um bem para o concelho e para os municípios.-----

---- Recuperando a palavra, no seguimento da intervenção da Senhora Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, começou por dizer que a proposta da Senhora Presidente, no sentido de o assunto ser presente a uma outra reunião, lhe parece cuidada e positiva, e contribuirá para tirar as dúvidas e as insuficiências que o processo tem.-

---- Aproveitou, também, para dar nota de que, a manter-se a questão da publicidade, da decoração e da informação no âmbito da prestação de serviços, então aconselharia que houvesse algum cuidado extremo. Especificando, a título de exemplo, e uma vez que quando foi adendada ao Caderno de Encargos a questão de desenvolver e implementar o plano de imagem e comunicação tal não foi previsto, sugeriu que deveria ser acautelado um ponto que defina que todas as matérias da decoração, da imagem, do tamanho, têm de ser previamente aprovadas pela Câmara Municipal, dando, inclusive, essa nota de divulgação nos meios de comunicação locais, rádios e jornais, no sentido de não deixar ao livre arbítrio do operador, porque na execução será pelo valor mais baixo. Concluiu, assim, que, sendo entendimento da Senhora Presidente manter essa matéria na esfera do operador, apesar de ele próprio achar o contrário, recomendou, então, que acautelem o máximo interesse do Município. E antecipou concordar com a proposta da Senhora Presidente de tratar o assunto em outra reunião.-----

---- Oportunamente, esclareceu ter levantado sobretudo questões críticas, não querendo, com isso, minorizar o trabalho realizado, e também a decisão política, que lhe parece muito feliz, e muito positiva, porque é um serviço com grande impacto e com o qual revelou ter todo o prazer em se associar. Mas, adiantou, não poderia deixar de salientar que, apesar de ter colocado todos os aspetos críticos, tem a certeza absoluta de que os técnicos se envolveram profundamente na matéria em apreço, e fizeram o seu melhor. Existindo questões jurídicas que os ultrapassa, complementou que não queria deixar de relevar o esforço e o trabalho desenvolvido pelos técnicos, relativamente aos quais disse ter um respeito técnico que não está em causa pelas questões que apresentou. Reforçou, a finalizar, ter apresentado pontos críticos com o objetivo de contribuir para melhorar o processo e para aperfeiçoar as melhores ideias, sublinhando pretender deixar expresso que considera que houve empenho e um bom trabalho técnico, ainda que necessite de ser apurado.---

---- Terminado o período de apreciação e discussão do assunto, a Senhora Presidente anunciou que o processo mais completo seria presente a uma próxima reunião.-----

---- **3. PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE TERRENO DESTINADO À CONSTRUÇÃO DO PARQUE URBANO DE ANADIA:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta de aquisição de terreno destinado à construção do Parque Urbano de Anadia, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- É intenção da Câmara Municipal construir um parque verde, de dimensões consideráveis, que contribuirá para melhorar a qualidade de vida urbana e o equilíbrio psicossomático dos seus habitantes, capaz de gerar mais um fator de atratividade que contribua para a fixação de população no aglomerado urbano existente.-----

---- Será um parque polivalente, implantado num terreno com topografia praticamente plana e com capacidade de ampliação futura, capaz de criar condições complementares de qualidade de vida urbana através da construção de infraestruturas de lazer e convívio, aliadas à prática desportiva num contexto não profissional.-----

---- O terreno proposto tem condições de exceção, tendo em consideração a proximidade do centro urbano, a boa exposição solar e a proximidade ao rio.-----

---- O Parque Urbano de Anadia está considerado como uma das ações previstas no PARU (Plano de Ação de Regeneração Urbana) de Anadia, tendo sido objeto de candidatura submetida no "Portal" do Portugal 2020, em vinte e nove de junho de dois mil e dezasseis, dentro da prioridade de investimento 6.5, do Eixo 7, do Programa Operacional Regional do Centro.-----

---- Contudo, para construir o sobredito parque, revela-se necessário adquirir outros terrenos, nas proximidades, cujas negociações estão a ser encetadas.-----

---- Para o efeito, o Executivo Municipal, em sua reunião extraordinária realizada no dia vinte e três de dezembro de dois mil e dezasseis, deliberou determinar o valor médio para a aquisição de terrenos localizados na área destinada à construção do Parque Urbano de Anadia.-----

---- Tendo por base os valores aprovados nessa deliberação, e mediante a disponibilização manifestada pelos proprietários, o Executivo Municipal, em suas reuniões extraordinária realizada no dia três de março último, e ordinária realizada no dia doze de abril, deliberou adquirir alguns artigos inscritos nas respetivas matrizes prediais da União das Freguesias de Arcos e Mogofores, destinados ao Parque Urbano de Anadia, e que complementam os terrenos propriedade do Município.-

---- Assim, e-----

---- Considerando que é competência da Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, a alienação de bens imóveis de valor até mil (1000) vezes a RMMG;-----

---- Considerando que nos termos da alínea ee), do n.º 1, do mesmo articulado, compete à Câmara Municipal "*criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal*";-----

---- Atenta a informação técnica prestada pelo Chefe de Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento, Engenheiro Carlos Alberto Pereira Cosme, e a listagem anexa, que identifica o proprietário, artigo e área, que se disponibilizou para alienar o seu terreno ao Município de Anadia;--

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe a aquisição do Artigo mencionado em lista anexa à informação técnica prestada, pelo valor total de cento e trinta e cinco mil e quinhentos euros (€ 135.500,00), inscrito na respetiva matriz predial da União das Freguesias de Arcos e Mogofores, a Arsénio de Almeida Grilo e esposa, destinado à construção do Parque Urbano de Anadia.-----

---- Apreciado o assunto, e analisado o fundo disponível e verificada a existência de saldo que permite a assunção do compromisso em apreço, o Executivo deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro e Prof. Litério Augusto Marques, e da Senhora Vereadora, Dr.ª Lúcia Filipe Seabra, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, no sentido de adquirir o artigo rústico número mil e sete (1007), inscrito na respetiva matriz predial da União das Freguesias de Arcos e Mogofores, a Arsénio de Almeida Grilo e esposa, e indemnizar os proprietários, pelos valores mencionado em lista anexa à informação técnica prestada.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação ao serviço de notariado da Divisão de Desenvolvimento Organizacional e à Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para proceder em conformidade.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- O Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, tomou a palavra para declarar que tudo o que diga respeito àquele tipo de terrenos se iria sempre abster, pelas motivações inicialmente aduzidas. Não deixou, porém, de reconhecer as dificuldades que aqueles processos têm, e que irão

continuar a ter. Em todo o caso, e para que não subsistam dúvidas relativamente ao tipo de tratamento, igual ou desigual, em relação a outros, considerou que a informação técnica deveria proteger mais a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Executivo, porque em momento algum é explicado, na informação técnica, o motivo daquele valor de indemnização.-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que o valor correspondente à indemnização tem a ver com os lucros cessantes relativamente às árvores existentes no terreno.----

---- 4. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE VERBA AO ATLÉTICO CLUBE DE FAMALICÃO, NO ÂMBITO DO SUBPROGRAMA TRÊS DO PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL AO DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta de atribuição de verba ao Atlético Clube de Famalicão, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- O Município de Anadia tem vindo, ao longo dos anos, a apoiar as associações desportivas do concelho no desenvolvimento das suas atividades, como reconhecimento pelo trabalho promovido pelas mesmas, e, também, como estímulo à prática desportiva no concelho.-----

---- Por forma a cumprir os requisitos legalmente exigidos para apoios ou participações financeiras concedidos pelas autarquias locais, na área do desporto, o Executivo Municipal aprovou, em sua reunião extraordinária realizada no dia trinta de julho de dois mil e catorze, o Programa de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo, o qual visa orientar a concessão deste tipo de apoios pela Câmara Municipal de Anadia, nos termos da legislação em vigor, assim como estabelecer um modelo criterioso de benefícios públicos que apoie, de forma adequada, as associações desportivas, garantindo princípios como a equidade, a proporcionalidade, a legalidade, a transparência, a universalidade, a igualdade e a prossecução do interesse público, entre outros.-----

---- Com o sobredito Programa, é igualmente intenção da Câmara Municipal assegurar uma efetiva monitorização da aplicação desses benefícios, definindo as formas da sua concretização, fixando os critérios de seleção das ações ou projetos a apoiar, estabelecendo os métodos de avaliação dos apoios concedidos e garantindo o cumprimento dos direitos e das obrigações das partes.-----

---- Nesse âmbito, o Atlético Clube de Famalicão apresentou uma candidatura ao Subprograma Três (3) (*Apoio à Construção, Beneficiação, Requalificação e Conservação de Instalações Desportivas*) do Programa de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo (PAMDD). O respetivo processo de candidatura encontra-se instruído de acordo com o definido no ponto onze (11), conforme informação prestada pelo Técnico Superior, Prof. Sérgio Fernandes.-----

---- Assim, e-----

---- Consideradas as atribuições do Município, designadamente nos domínios do património, cultura e ciência e dos tempos livres e desporto, previstas, respetivamente, nas alíneas e) e f), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada;-----

---- Consideradas as competências materiais da Câmara Municipal em matéria de apoio a entidades e

organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, previstas na alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do sobredito Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

---- Considerando, também, o previsto na alínea u), do n.º 1, do mesmo articulado, na sua atual redação, que estabelece como competência material da Câmara Municipal “...apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuem para a promoção da saúde e prevenção das doenças”;-----

---- Atenta a informação prestada pelo Chefe de Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento, Engenheiro Carlos Alberto Pereira Cosme, confirmando a pretensão do Clube, no sentido da construção de uma bancada, e respetiva cobertura, com quarenta metros lineares, no lado poente do recinto desportivo, que contribuirá para melhorar as condições e atrair mais espetadores para assistir aos eventos desportivos;-----

---- E, atentas as propostas de orçamento apresentadas pelo Atlético Clube de Famalicão para a concretização da intervenção pretendida, as quais se coadunam com os trabalhos a executar, conforme informação do Chefe de Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento;-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe a atribuição de uma verba, no valor de quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e três euros (€ 47.563,00), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao Atlético Clube de Famalicão, no âmbito do Subprograma Três (3) do Programa de Apoio Municipal ao Desenvolvimento Desportivo, destinada a colaborar na intervenção de construção e requalificação que o Clube pretende levar a efeito nas instalações desportivas, designadamente a instalação de uma bancada para espetadores com cobertura, qual será paga em duas prestações e mediante a apresentação de relatório técnico que confirme a execução dos trabalhos.-----

---- Apreciado o assunto, e analisado o fundo disponível e verificada a existência de saldo que permite a assunção do compromisso em apreço, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação às Divisões de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental e de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento para proceder em conformidade, e à Divisão de Desenvolvimento Humano, Cultural e Social para conhecimento.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- 5. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PRAZO PARA LIGAÇÃO DOS RAMAIS DOMICILIÁRIOS ABRANGIDOS PELA REDE DE SANEAMENTO NAS RUAS E POVOAÇÕES QUE SERÃO ABRANGIDAS PELO SISTEMA RECENTEMENTE INSTALADO NAS FREGUESIAS DE AVELÃS DE CIMA, DE MOITA, DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TAMENGOS, AGUIM E ÓIS DO BAIRRO E DE UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ARCOS E MOGOFORES, AO PREÇO REDUZIDO

DE CENTO E VINTE E CINCO EUROS, ACRESCIDO DE IVA À TAXA LEGAL EM VIGOR:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta subscrita pela própria, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, designadamente no domínio do ambiente e saneamento básico, previstas na alínea k), do n.º 2, do artigo 23.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada.-----

---- Nos termos da alínea ee), do n.º 1, do artigo 33.º, do mesmo preceito legal, compete à Câmara Municipal *"criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal"*.-----

---- Consideradas as informações prestadas pelo Chefe de Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento, Engenheiro Carlos Alberto Pereira Cosme, anexas à presente proposta, dando conta de que as redes de drenagem de águas residuais e respetivas Estações Elevatórias de Águas Residuais, na povoação de Vale de Avim, da freguesia de Moita, na povoação do lugar de Vila Franca, na União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro, se encontram concluídas, assim como a rede de drenagem de águas residuais, Estação Elevatória de Águas Residuais e ETAR, na povoação do lugar de Pardieiro, da freguesia de Avelãs de Cima; e de que as Estações Elevatórias de Águas Residuais que servem a Travessa do Covelo e a Rua do Olho, na localidade de Mogofores, da União das Freguesias de Arcos e Mogofores, também já se encontram concluídas, pelo que as redes de saneamento das sobreditas ruas poderão receber os respetivos efluentes;-----

---- Considerando que, nas mesmas informações, o Técnico Superior conclui que os munícipes das sobreditas povoações podem requerer a respetiva ligação, devendo, para o efeito, ser estipulado o correspondente custo do ramal de saneamento;-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe, assim, a fixação de um prazo, até ao final do ano dois mil e dezassete, a contar da presente data, para a ligação dos referidos ramais, ao preço reduzido de cento e vinte e cinco euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, nas ruas e povoações que serão abrangidas pelo sistema recentemente instalado nas freguesias de Avelãs de Cima, de Moita, de União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro e de União das Freguesias de Arcos e Mogofores, designadamente do lugar de Pardieiro, do lugar de Vale de Avim, do lugar de Vila Franca, e nas Travessa do Covelo e Rua do Olho, do lugar de Mogofores.-----

---- Apreciado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para conhecimento e devidos efeitos.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro.-----

---- 6. "REQUALIFICAÇÃO DE ACESSO A ÁREA INDUSTRIAL - KM 223 DA EN 1/IC 2" - PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE PROJETO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO, CADERNO DE ENCARGOS, AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E DESIGNAÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta subscrita pela própria, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias.-----

---- Com o propósito de dar cumprimento a esse desígnio, a Câmara Municipal de Anadia vem assumindo o seu particular empenho em promover o estímulo à competitividade da economia no concelho, pois dela depende a criação de riqueza e de emprego, proporcionando uma ampla gama de serviços oportunos e relevantes, que fomente o desenvolvimento económico do concelho e produza um impacto nos residentes, nos trabalhadores, nos empreendedores, na comunidade e no território. Nesse sentido, foi criado o Programa "*Invest em Anadia*" | Estratégia Municipal de Promoção do Empreendedorismo, do Investimento e Criação de Empresas.-----

---- Enquadrados na estratégia de atuação prevista no Programa "*Invest em Anadia*" | Estratégia Municipal de Promoção do Empreendedorismo, do Investimento e Criação de Empresas, encontram-se definidos eixos de orientação estratégicos, com o propósito de apoiar o fortalecimento e o crescimento de outros setores que constituem o tecido económico local.-----

---- Nesse âmbito, é aposta do Município de Anadia contribuir e proporcionar todas as condições que possibilitem a dinamização e a competitividade do tecido empresarial do concelho.-----

---- O acesso à área industrial localizada em Avelãs de Caminho, junto à EN 1/IC 2, onde se encontra instalada uma importante empresa para a economia do concelho, carece de obras de requalificação, uma vez que se encontra desprovida de infraestruturas, nomeadamente de abastecimento de água, águas pluviais e saneamento.-----

---- Assim, e-----

---- Atenta a informação prestada pelo Chefe de Divisão, Engenheiro Carlos Alberto Pereira Cosme, dando conta da elaboração do projeto que visa a requalificação urbana da via junto à EN 1/IC 2, por forma a conferir uma imagem cuidada e organizada àquela área industrial;-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe a aprovação do Projeto para realização da empreitada designada por "Requalificação de acesso à área industrial - km 223 da EN 1/IC 2".-----

---- Propõe, igualmente, a aprovação dos respetivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, com um prazo de execução de cinco (05) meses, e um valor base de duzentos e dois mil, setecentos e oito euros e noventa e nove cêntimos (€ 202.708,99), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

---- Propõe, ainda, a abertura de Concurso Público, a autorização de despesa e a designação dos

seguintes elementos que farão parte do Júri do Procedimento por Concurso Público:-----

---- - Presidente: Chefe de Divisão, Engenheiro Carlos Alberto Pereira Cosme;-----

---- - Vogais: Técnica Superior, Arquiteta Sílvia Isabel Branquinho Gomes, e Assistente Técnica, Maria Gabriela Marques Ferreira Santos Alves;-----

---- - Suplentes: Técnico Superior, Engenheiro Rui Miguel dos Santos Terrível, e Assistente Técnica, Aida Maria Gomes Parreira Fernandes.-----

---- Apreciado o assunto, e analisado o fundo disponível e verificada a existência de saldo que permite a assunção do compromisso em apreço, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação ao serviço administrativo de empreitadas de obras públicas e planeamento para promover o respetivo procedimento.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **7. PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE ÁRVORES JUNTO AO CENTRO ESCOLAR DE ARCOS:-**

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta de alienação de árvores junto ao Centro Escolar de Arcos, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Considerando que um dos objetivos estratégicos do Município de Anadia, no âmbito do Planeamento e Desenvolvimento Estratégico, do Ordenamento e da Intervenção Territorial, é *"Reforçar a competitividade territorial e a sua afirmação no espaço regional, nacional e internacional"*;-----

---- Considerando que é competência da Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, na sua redação atualizada, a alienação de bens imóveis de valor até mil (1000) vezes a RMMG;-----

---- Considerando que nos termos da alínea ee), do n.º 1, do mesmo articulado, compete à Câmara Municipal *"criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal"*;-----

---- Considerando que nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 204.º, do Código Civil Português, as árvores enquanto estiverem ligadas ao solo são consideradas coisas imóveis;-----

---- Atenta a informação técnica prestada pelo Técnico Superior, Engenheiro José Pedro Alves, dando conta de que a área localizada a sul do Centro Escolar de Arcos apresenta elevada carga de combustível, nomeadamente silvas, urzes, tojos e outras vegetações espontâneas, assim como povoamentos mistos de pinheiro bravo e eucalipto, e concluindo pela necessidade, urgente, de proceder à gestão do combustível e ao corte das árvores, atendendo ao elevado risco de incêndio

que apresenta, permitindo, desse modo, a proteção do edificado contra incêndios;-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe, ao abrigo do disposto na alínea g), do artigo 33.º, do sobredito Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a alienação de árvores, em uma área com aproximadamente zero vírgula cinquenta e sete hectares (0,57 ha), junto ao Centro Escolar de Arcos.-----

---- Para o efeito, foram convidadas três empresas, tendo as mesmas apresentado as seguintes propostas:-----

Armindo Pereira Pais, Lda.	€ 760,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor)
SOMAFI - Sociedade de Madeiras da Figueira, Lda.	€ 600,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor)
Madeiras Vale de Carvalho, Lda.	€ 500,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor)

---- Consideradas as propostas apresentadas para corte de árvores, remoção e consequente aquisição de madeira, em uma área com aproximadamente zero vírgula cinquenta e sete hectares (0,57 ha), junto ao Centro Escolar de Arcos, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, no sentido da alienação das árvores, a adjudicar à empresa Armindo Pereira Pais, Lda., que apresentou a proposta de valor superior (setecentos e sessenta euros (€ 760,00) acrescido de IVA à taxa legal em vigor).-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para conhecimento e devidos efeitos.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **8. PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DE ÁRVORES JUNTO À ZONA INDUSTRIAL VALE SALGUEIRO:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta de alienação de árvores junto à Zona Industrial Vale Salgueiro, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Considerando que um dos objetivos estratégicos do Município de Anadia, no âmbito do Planeamento e Desenvolvimento Estratégico, do Ordenamento e da Intervenção Territorial, é *"Reforçar a competitividade territorial e a sua afirmação no espaço regional, nacional e internacional"*;-----

---- Considerando que é competência da Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, na sua redação atualizada, a alienação de bens imóveis de valor até mil (1000) vezes a RMMG;-----

---- Considerando que nos termos da alínea ee), do n.º 1, do mesmo articulado, compete à Câmara

Municipal "criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal";-----

---- Considerando que nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 204.º, do Código Civil Português, as árvores enquanto estiverem ligadas ao solo são consideradas coisas imóveis;-----

---- Atenta a informação técnica prestada pelo Técnico Superior, Engenheiro José Pedro Alves, dando conta de que a área localizada Junta à Zona Industrial Vale Salgueiro, em Alféloas, apresenta elevada carga de combustível, nomeadamente silvas, urzes, tojos e outras vegetações espontâneas, assim como povoamentos mistos de pinheiro bravo e eucalipto, e concluindo pela necessidade, urgente, de proceder à gestão do combustível e ao corte das árvores, atendendo ao elevado risco de incêndio que apresenta, permitindo, desse modo, a proteção do edificado contra incêndios;-----

---- A Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe, ao abrigo do disposto na alínea g), do artigo 33.º, do sobredito Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a alienação de árvores, em uma área com aproximadamente um vírgula setenta e dois hectares (1,72 ha), junto à Zona Industrial Vale Salgueiro.-----

---- Para o efeito, foram convidadas três empresas, tendo as mesmas apresentado as seguintes propostas:-----

Armindo Pereira Pais, Lda.	€ 850,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor)
SOMAFI - Sociedade de Madeiras da Figueira, Lda.	€ 550,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor)
Madeiras Vale de Carvalho, Lda.	€ 500,00 (acrescido de IVA à taxa legal em vigor)

---- Consideradas as propostas apresentadas para corte de árvores, remoção e consequente aquisição de madeira, em uma área com aproximadamente um vírgula setenta e dois hectares (1,72 ha), junto à Zona Industrial Vale Salgueiro, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, no sentido da alienação das árvores, a adjudicar à empresa Armindo Pereira Pais, Lda., que apresentou a proposta de valor superior (oitocentos e cinquenta euros (€ 850,00) acrescido de IVA à taxa legal em vigor).-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para conhecimento e devidos efeitos.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **9. PROPOSTA DE ADITAMENTO À DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE TRINTA E UM DE MAIO DE DOIS MIL E DEZASSETES:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, uma proposta de aditamento à deliberação tomada na reunião

extraordinária de trinta e um de maio de dois mil e dezassete, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Em sua reunião extraordinária de trinta e um de maio do presente ano, o Executivo Municipal deliberou colaborar na iniciativa a promover pela UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo, assumindo as despesas inerentes à realização da quinta edição do Campeonato da Europa de Pista para sub-vinte e três e juniores, no Centro de Alto Rendimento de Anadia - Velódromo Nacional, até ao montante de trinta mil euros (€ 30.000,00), na parceria a estabelecer com aquela Federação.-----

---- Esta será a quinta edição, a decorrer entre os dias dezoito e vinte e três de julho próximo, de um evento de nível internacional, que trará ao concelho de Anadia, durante cerca de dez dias, aproximadamente seiscentas pessoas, entre corredores e acompanhantes, que ocuparão unidades hoteleiras do concelho, e cujo impacto será manifestamente representativo para a dinâmica da economia e promoção turística no concelho, bem como na promoção do Centro de Alto Rendimento de Anadia - Velódromo Nacional, em particular.-----

---- O evento terá transmissão televisiva em direto, via *streaming*, para Portugal e para os demais cinquenta países associados à União Europeia de Ciclismo, mas contará com um apoio, da parte do IPDJ, substancialmente menor do que em edições anteriores.-----

---- Atenta a deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião extraordinária de trinta e um de maio do presente ano, e de forma a agilizar os procedimentos e a complementar a participação do Município, nomeadamente no que se refere à transmissão televisiva e outras, a Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe, em aditamento àquela deliberação, que o Executivo Municipal delibere no sentido de atribuir a verba então determinada à Federação Portuguesa de Ciclismo, para fazer face às despesas inerentes à realização do Campeonato da Europa de Pista para sub-vinte e três e juniores, mediante a celebração de protocolo de colaboração.-----

---- Apreciado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental para dar cumprimento à mesma.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- 10. JUNTA DE FREGUESIA DE MOITA - PEDIDO DE COLABORAÇÃO, APRESENTADO PELA COMISSÃO DE FESTAS DE SÃO TIAGO, PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE MATERIAL PARA APOIO LOGÍSTICO À REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS EM HONRA DE SÃO TIAGO:-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a comunicação remetida pela Junta de Freguesia de Moita, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Moita remete o pedido apresentado pela

Comissão de Festas de São Tiago, através do qual solicita a colaboração da Câmara Municipal de Anadia na disponibilização de material para apoio logístico à realização dos festejos em honra de São Tiago, no período compreendido entre os dias vinte e quatro de julho e um de agosto próximos.--

---- Apreciado o pedido, o Executivo deliberou, por unanimidade, prestar a colaboração solicitada, no sentido de disponibilizar o material à Comissão de Festas de São Tiago, para apoio logístico à realização dos festejos em honra de São Tiago.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação à Divisão de Equipamentos, Mobilidade, Águas e Saneamento para proceder em conformidade.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **11. MARCO PAULO ALMEIDA DUARTE PAIS - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS MUNICIPAIS DEVIDAS PELA EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO E DE EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FOGO DE ARTIFÍCIO/ARTEFACTOS PIROTÉCNICOS, PARA REALIZAÇÃO DOS FESTEJOS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO Ó DE VALE DE AVIM:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, o pedido apresentado por Marco Paulo Almeida Duarte Pais, que se dá como transcrito e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta e o original em arquivo nos serviços de taxas e licenças desta Câmara Municipal.-----

---- O munícipe Marco Paulo Almeida Duarte Pais, na qualidade de membro da Comissão de Festas de Nossa Senhora do Ó de Vale de Avim, solicita a concessão de licença especial de ruído, e de autorização para obtenção, junto da Guarda Nacional Republicana de Anadia, de licenciamento para utilização de fogo de artifício/artefactos pirotécnicos, e a isenção do pagamento das respetivas taxas municipais, com vista à realização dos festejos em honra de Nossa Senhora do Ó de Vale de Avim. A acompanhar o pedido, encontra-se a informação prestada pelos serviços de taxas e licenças, que dão conta da possibilidade de isenção ou redução do pagamento de taxas relativamente a eventos de manifesto e relevante interesse municipal, mediante deliberação da Câmara Municipal, prevista no número nove, do artigo vigésimo terceiro, do Regulamento de Taxas do Município de Anadia.-----

---- Atento o pedido, a Senhora Presidente da Câmara Municipal propôs conceder apenas a isenção do pagamento das taxas municipais devidas pela emissão de licença especial de ruído.-----

---- Apreciado o assunto, o Executivo deliberou, por unanimidade, autorizar a emissão de licença especial de ruído, nos termos do disposto no artigo segundo do Regulamento Geral de Ruído, aprovado pelo Decreto-lei número nove barra dois mil e sete, de dezassete de janeiro, e a concessão de autorização para obtenção, junto da Guarda Nacional Republicana de Anadia, de licenciamento para utilização de fogo de artifício/artefactos pirotécnicos, com vista à realização dos festejos em honra de Nossa Senhora do Ó de Vale de Avim, entre os dias onze e quinze de agosto próximo.-----

---- O Executivo deliberou ainda, por unanimidade, e de acordo com o previsto no número nove, do artigo vigésimo terceiro, do Regulamento de Taxas do Município de Anadia, isentar o requerente do pagamento das taxas municipais devidas pela emissão da licença especial de ruído.-----

---- Foi também deliberado, por unanimidade, remeter a presente deliberação aos serviços de taxas e licenças da Divisão de Desenvolvimento Organizacional para proceder em conformidade.-----

---- 12. COMUNICAÇÃO RELATIVA AOS CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS OU RENOVADOS DURANTE O MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZASSETE:-

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para conhecimento do Executivo, a informação prestada pelo Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Patrimonial e Controlo Orçamental, Dr. João Paulo Almeida Anjos, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à mesma.-

---- De acordo com o número quatro, do artigo quadragésimo nono, da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei que aprova o Orçamento do Estado para dois mil e dezassete), a celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de trinta dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste. O número doze do mesmo articulado dispõe que nas autarquias locais e nas entidades do setor empresarial local a comunicação prevista no número quatro é feita ao órgão executivo. Apesar de a portaria regulamentar, que define os termos da comunicação prevista no número quatro do artigo quadragésimo nono, ainda não ter sido publicada, o Chefe de Divisão remete, para conhecimento, uma listagem com os contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados durante o mês de junho de dois mil e dezassete.-----

---- O Executivo tomou conhecimento da comunicação relativa aos contratos de aquisição de serviços celebrados ou renovados durante o mês de junho de dois mil e dezassete.-----

---- DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO:-----

---- Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal.-----

---- Nada mais havendo a tratar, e tendo sido considerados findos os trabalhos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, declarou encerrada a reunião, quando eram doze horas e dois minutos e, de tudo para constar, se lavrou a presente Ata, que eu, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, redigi, subscrevi e assino.-----